

ENERGIA

Por LEONOR BUENO

Marques,
da Bioenergy:
espanhóis
à procura de
parceiros
no Brasil



JULIO BERTENOURT / VALOR

Mais eletricidade atrás do crescimento da economia

O Brasil precisa gerar 26.500 MW nos próximos dez anos por meio de termelétricas, centrais eólicas e pequenas hidrelétricas

Nem mesmo o impacto da crise internacional sobre a liquidez de várias corporações diminuiu o apetite dos grupos espanhóis de energia que já estão no Brasil há alguns anos. Até aqueles que passaram a prospectar negócios mais recentemente não escondem ter encontrado fortes motivos para manter a decisão de investir. O principal deles é o

desenvolvimento econômico do país. Com a entrada de mais de 19 milhões de pessoas das camadas mais pobres no mercado de consumo entre 2001 e 2008, e a realização da Copa do Mundo em 2014 e da Olimpíada em 2016, as oportunidades abertas pelo plano de expansão do sistema elétrico nacional se multiplicam em vários segmentos, da geração à

distribuição. A previsão é de que o consumo de energia passe de 400 mil gigawatts hora (GWh) para 600 mil GWh até 2017, conforme o plano decenal da Empresa de Planejamento Energético (EPE). No curto prazo, entre 2010 e 2014, a projeção é de aumento de 23,5% no consumo. “O Brasil deixou de ser o país do futuro, é o país do presente”, afirma Francisco José

Chica, diretor geral da Elecnor do Brasil. A subsidiária do grupo espanhol já está bem posicionada no país, conhece o modelo de negócios do setor e quer mais é acompanhar o crescimento brasileiro, segundo o dirigente.

O Brasil ainda oferece outros atrativos para parceiros nacionais e internacionais, de acordo com Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entre eles, Castro destaca a consolidação do marco regulatório e a realização de leilões voltados para a construção e a concessão de linhas de transmissão e de empreendimentos de geração elétrica, com contratos antecipados de venda. São medidas que dão segurança aos investidores em relação à receita futura. Segundo a EPE, o Brasil precisa gerar 26.500 MW por meio de novas usinas nos próximos dez anos. Desse total, aproximadamente 30% da energia virá de termelétricas movidas a biomassa, centrais eólicas e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). O restante vai ser supri-

do majoritariamente por usinas hidrelétricas, que constituem a base do parque gerador brasileiro, atualmente em torno 110 mil MW.

Uma mudança favorável aos investidores espanhóis, já com know-how na área de geração eólica, é que essa fonte, por ser mais limpa, deverá ter prioridade sobre as usinas termelétricas a óleo combustível nos próximos anos. O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, ressalta que os preços da energia eólica apresentaram redução no final do ano passado e tornaram-se competitivos comparados com as termelétricas a óleo, embora ainda bem mais altos que os da energia das hidrelétricas. "A partir deste ano, realizaremos novos leilões para possibilitar a entrada de mais centrais eólicas e de bioeletricidade (térmicas movidas a bagaço de cana) no sistema", acrescenta.

Em 2009, o governo brasileiro realizou o primeiro leilão voltado para fontes eólicas, que resultou na contratação de empreendimentos com um total de 1.800 MW para operação até 2012. Tolmasquim

também confirma que outras sete hidrelétricas vão a leilão este ano, num total de 4 mil MW, incluindo empreendimentos nos rios Parnaíba e Teles Pires – além de Belo Monte, no Rio Xingu, com potência de 11.200 MW e já licitada.

Com mais leilões para a venda de energia eólica programados para este ano, empresas do setor consideram que o mercado brasileiro nesse segmento será cada vez mais disputado. "É provável que países que subsidiam a expansão da energia eólica, como Estados Unidos e algumas nações europeias, deem um passo atrás com a elevação de seus déficits, o que pode equiparar as condições do investimento no Brasil", afirma Sérgio Marques, presidente da brasileira Bioenergy.

A empresa prevê investir R\$ 1,7 bilhão em 13 empreendimentos de geração eólica nos próximos anos, todos já com energia contratada e que somam 379 MW. Este ano termina a instalação de dois parques de 30 MW, no Rio Grande do Norte. Outros dois implantados no Estado da Paraíba, com 55 MW, fo-



LEOPOLDO FERREIRA

Castro, da UFRJ, atrativos como marco regulatório



Tolmasquim, da EPE: leilões de sete hidrelétricas em 2010

ram repassados para a subsidiária brasileira da empresa australiana Pacific Hydro. Marques conta que a Bioenergy foi procurada, recentemente, por empresas espanholas interessadas em parcerias na área. "Já conversamos com alguns empreendedores espanhóis, mas ainda não chegamos a propostas convergentes", comenta.

A Iberdrola alinha-se entre os grandes grupos espanhóis que investem em energia eólica. Mas no Brasil o grupo atua principalmente na distribuição e em hidrelétrica. Já a Elecnor, na área de geração de energia eólica por meio da Enerfin do Brasil, inicia este ano a construção de dois novos parques eólicos no sul do país, com 104 MW e investimento total de R\$ 450 milhões. A energia a ser gerada por esses empreendimentos foi contratada no primeiro leilão de eólica no ano passado com compromisso de entrega para julho de 2012, informa o gerente da empresa, Felipe Ostermayer.

No Rio Grande do Sul, a Enerfin já opera três parques eólicos com potência de 150 MW, nos quais investiu R\$ 670 milhões. Em linhas de transmissão, a Elecnor do Brasil participa de 15 empreendimentos. A empresa calcula que até o final deste ano os investimentos somarão R\$ 630 milhões no segmento, considerando apenas o montante de capital pró-

prio. A Elecnor detém a concessão de mais de 6 mil quilômetros de linhas de transmissão, e nessa área tem previsão de faturamento de R\$ 650 milhões este ano.

As empresas espanholas encontram terreno fértil no Brasil também para as parcerias, não só no setor privado mas também com a gigante estatal Eletrobras, principalmente em transmissão. Entre os parceiros espanhóis da Eletrobras no Brasil está a Abengoa. Um consórcio com participação de subsidiárias da estatal (Eletro-norte e Eletrosul) e da Abengoa, mais o grupo brasileiro Andrade Gutierrez, arrematou três dos sete lotes do leilão das linhas de transmissão das usinas do Rio Madeira (6.450 MW), que devem entrar em operação a partir de 2012. Outro grupo espanhol, Cymi Holding (Control y Montajes Industriales), arrematou sozinho dois lotes. Os contratos foram assinados no início de 2009.

A linha de transmissão do Complexo do Rio Madeira tem 2.400 km, bem mais do que as já extensas interligações Norte-Sul e Nordeste-Sudeste do sistema elétrico brasileiro, que contam com cerca de 1.000 km. A estimativa de investimento total é de aproximadamente R\$ 7 bilhões, e o prazo de concessão, de 30 anos. Os três lotes, com participação de 25,5% da Abengoa Brasil, garantirão uma

ENERGÍA POR LEONOR BUENO

MÁS ELECTRICIDAD PARA EL CRECIMIENTO DE LA ECONOMÍA

Brasil necesita 26.500 MW en diez años generados por termoeléctricas, centrales eólicas y pequeñas hidroeléctricas

Las oportunidades abiertas por el plan de expansión del sistema eléctrico nacional se multiplican en varios segmentos, de la generación a la distribución. La previsión es que el consumo de energía pase de 400.000 gigawatts hora (GWh) a 600.000 GWh hasta 2017, conforme el Plan Decenal de la Empresa de Planeamiento Energético (EPE). A corto plazo, entre 2010 y 2014, la proyección es de un aumento en el consumo de 23,5%. "Brasil dejó de ser el país del futuro, es el país del presente", afirma Francisco José Chica, director general de la Elecnor de Brasil.

Brasil ofrece además otros atractivos a los players nacionales e internacionales, de acuerdo con Nivaldo de Castro, coordinador del Grupo de Estudios del Sector Eléctrico (Gesel) de la Universidad Federal del Río de Janeiro (UFRJ). Entre ellos, Castro destaca la consolidación de la reglamentación y

la realización de subastas con contratos anticipados de venta. Según EPE, Brasil necesita generar 26.500 MW por medio de nuevas centrales eléctricas en los próximos 10 años. De ese total, aproximadamente 30% de la energía vendrá de termoeléctricas de biomasa, centrales eólicas y pequeñas centrales hidroeléctricas (PCHs). Lo restante va a ser suministrado por centrales hidroeléctricas, que constituyen la base del sistema brasileño de generación, que produce actualmente alrededor de 110.000 MW. Siete hidroeléctricas, con una capacidad de 4.000 MW, irán a subasta este año, incluyendo obras en los ríos Parnaíba y Teles Pires – además de la hidroeléctrica de Belo Monte, en el río Xingu, con potencia de 11.200 MW.

Un cambio favorable a los inversionistas españoles, que ya tienen know-how en el área de generación eólica, es que esa fuente, por ser más limpia,

receita anual de R\$ 363,3 milhões aos integrantes do consórcio. A empresa prevê que os investimentos próprios nas linhas do Madeira totalizem R\$ 900 milhões. No caso da Cymi, que arrematou lotes menores, a receita anual prevista é de R\$ 50,9 milhões.

No Brasil desde 2001, a Abengoa opera 11 linhas de transmissão com mais de 2 mil quilômetros de extensão. Também tem participação na linha Tucuruí-Manaus-Macapá, que vai cruzar 1.829 km da floresta Amazônica e permitirá a ligação da região Norte do Brasil ao Sistema Interligado Nacional. Esse linhão, como é chamado, foi licitado em 2008, e a empresa conseguiu vencer a disputa por um dos trechos em parceria com a Chesf e a Eletro-norte, subsidiárias da Eletrobras.

Outra frente de atuação do grupo espanhol no Brasil é a Abengoa Bioenergia, que entrou nos segmentos de bioeletricidade e produção de etanol. A empresa comprou por US\$ 684 milhões duas usinas da Dedini Agro, em 2007, e investiu na implantação de duas térmicas movidas a bagaço de cana, já em operação no interior do Estado de São Paulo, com potência de geração de 70 MW cada.

A geração de bioeletricidade pela indústria de açúcar e álcool no Brasil é outra atividade com

grande potencial para atrair novos participantes. A Associação das Indústrias de Cogeração de Energia (Cogen) estima que a geração de bioeletricidade, com a utilização de bagaço e de palha de cana, possa alcançar 11 mil MW, com a produção atual de cana de açúcar no Brasil acima de 500 milhões de toneladas. O governo brasileiro, no entanto, trabalha com números menores no planejamento, mas ainda assim prevê crescimento de aproximadamente 150% na geração de bioeletricidade até 2011, com o total superando 4 mil MW de potência instalada.

Com o forte ajuste da economia espanhola e o aperto de liquidez no mercado financeiro internacional, grupos com alto nível de alavancagem tiveram alguns tropeços, mas nem por isso podem perder o passo do crescimento no Brasil, principalmente se estiverem bem posicionados no país. É o caso da Iberdrola, segundo avaliação do coordenador do Gesel, da UFRJ, Nivalde de Castro.

Ele lembra que o grupo Neoenergia, sociedade que conta com 39% de capital da Iberdrola, deixou em 2009 de comprar a filial brasileira de transmissão da italiana Terna (que acabou nas mãos da Cemig – empresa 100% brasileira) por causa de um veto do grupo espanhol, que evitou

assim aumentar o endividamento e o custo de novas emissões de dívida. Mais recentemente, diante do aumento dos boatos de que poderia abrir mão de sua participação na Neoenergia, o diretor de operações da Iberdrola no Brasil, Mario Ruiz, negou a existência de negociação concreta nesse sentido e ressaltou que o Brasil continua como um dos polos de investimento na América Latina e que a empresa avalia até mesmo novas oportunidades.

No final do ano passado, o presidente da Iberdrola veio ao país para dar seu aval à participação da Neoenergia em um dos consórcios que disputaram a hidrelétrica de Belo Monte. Para esse tipo de investimento, no entanto, o aporte de sócios não é necessário, pois, além do financiamento do BNDES, a Neoenergia dispõe de um caixa de mais de R\$ 2,7 bilhões, conforme o fechamento do balanço no final do ano passado. Independentemente do resultado do leilão – o grupo da Neoenergia foi perdedor –, contudo, a Iberdrola destaca-se como um dos maiores investidores espanhóis no Brasil. Participa da Neoenergia juntamente com o fundo de pensão Previ e o Banco do Brasil. No ano passado, o lucro líquido da Neoenergia somou R\$ 1,6 bilhão – 82% decorrentes da operação de distribuição de energia.

deberá tener prioridad sobre las plantas termoeléctricas de petróleo en los próximos años. En 2009, el gobierno brasileño realizó la primera subasta relacionada a fuentes eólicas, que resultó en la contratación de centrales que generen un total de 1.800 MW y entren en operación hasta 2012. Bioenergy prevé invertir 1.700 millones en 13 plantas de generación eólica en los próximos años. Sergio Marques, presidente de esta empresa, cuenta que Bioenergy fue sondeada por empresas españolas interesadas en sociedades en esta área.

Iberdrola se encuentra entre los grandes grupos españoles que invierten en energía eólica. Pero en Brasil el grupo actúa con más fuerza en la distribución y en la generación en hidroeléctricas. Ya Elecnor, que actúa en el área de generación de energía eólica por medio de la Enerfin de Brasil, inicia este año la construcción de dos nuevos parques eólicos en el Sur del país, de 104 MW e inversión total de 450 millones de reales. Las empresas españolas encuentran terreno fértil en Brasil también para las socie-

dades, no sólo en el sector privado, sino también con la gigante estatal Eletrobrás, principalmente en el sector de transmisión. Entre los socios españoles de Eletrobrás en Brasil está Abengoa. Un consorcio con participación de subsidiarias de esta empresa estatal (Eletro-norte y Eletro-sul) y de Abengoa, más el grupo brasileño Andrade Gutierrez, remató tres de los siete lotes de la subasta de las líneas de transmisión de las plantas del Río Madeira (6.450 MW), que deben entrar en operación a partir de 2012. Otro grupo español - Cymi Holding (Control y Montajes Industriales S/A) remató él solo dos lotes más.

Actuando en Brasil desde 2001, Abengoa opera 11 líneas de transmisión con más de 2.000 Km. de extensión. Otra frente de actuación del grupo español en Brasil es Abengoa Bioenergia, que entró en los segmentos de bioelectricidad y producción de etanol. La generación de bioelectricidad por la industria del azúcar y alcohol en Brasil es otra actividad con gran potencial para atraer nuevos players.

Perspectiva de mais capital em áreas básicas (Gilberto Pauletti)

O crescimento económico brasileiro impulsiona investimentos em energia, telecomunicações, saneamento e logística

O investimento em infraes-estrutura no Brasil vive um novo ciclo de expansão. O último mapeamento feito pela área de pesquisa económica (APE) do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) estima em R\$ 274 bilhões o total a ser investido nos setores de energia, telecomunicações, saneamento e logística (ferrovias, rodovias e portos) no período entre 2010 e 2013. Significa um aumento de 37,3% em relação ao período 2005-2008.

As perspectivas são mesmo animadoras, como aponta Fernando Puga, economista-chefe da APE. "Enquanto a Europa vive outra vez problemas económicos, o Brasil passa por uma retomada do processo de expansão dos investimentos", diz. No primeiro trimestre de 2010, a taxa anualizada de crescimento do PIB já está em 8%, e deve fechar o ano em pelo menos 5%. "É um cenário que tem muito a oferecer em matéria de oportunidades ao investidor estrangeiro", afirma o economista.

Para ele, abre-se a perspectiva de atrair mais capital espanhol porque esses investidores já conhecem o Brasil, pois possuem forte presença no transporte rodoviário e em telecomunicações. "E aqui o ambiente para o crescimento dos negócios está bem melhor do que na Espanha", afirma Puga.

O segmento da infraestrutura mais bem aquinhado com recursos é o de energia eléctrica. O estudo do BNDES projeta R\$ 92 bilhões de investimentos até 2013 - a maior parte para a construção de hidrelétricas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), principal plataforma de realizações do governo federal. O maior volume de recursos nos próximos quatro anos - R\$ 20 bilhões - irá para as usinas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira. Nesse mesmo período a usina hidrelétrica de Belo Monte deve receber R\$ 8 bilhões. Os outros projetos de grande porte destacados pelo BNDES são: a Usina Nuclear

de Angra III (R\$ 4 bilhões) e 70 outros de energia eólica, orçados em R\$ 8 bilhões nos próximos três anos.

"A ampliação dessa infraestrutura vai beneficiar diretamente os segmentos de mineração e metalúrgico, muito dependentes de energia elétrica", diz o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro David Kupfer. Ele está alinhado com aqueles que consideram adequado o ritmo de crescimento da economia.

O segmento de telecomunicações, após anos de investimento pesado, apresenta um quadro futuro de estabilidade porque o foco estará em manter e atualizar a capacidade instalada. A concorrência se concentra em nichos específicos pela introdução de novas tecnologias (terceira geração da telefonia, TV digital e o sistema Wimax de acesso à internet). Os investimentos estimados estão na base de R\$ 67 bilhões, com uma taxa de crescimento de 0,2%, apenas. A novidade deve ficar por conta da expansão da banda larga.

Outro segmento, beneficiado por mudanças no marco regulatório, é o de saneamento. Foram esclarecidas questões antes consideradas pouco transparentes, como a definição de responsabilidades entre os poderes federal, estadual e municipal. "O Brasil tem hoje quase 50% da população sem água tratada e sem rede de esgoto", calcula Puga. A estimativa é de investimentos da ordem de R\$ 39 bilhões nos próximos quatro anos, isto é, 14,2% do que está programado para o setor de infraestrutura.

De um total de R\$ 15 bilhões em investimento, R\$ 8 bilhões se referem a projetos de esgotamento sanitário e tratamento de água. São 88 operações, e delas 64 já estão em fase de desembolso ou amortização. As demais encontram-se em enquadramento, aprovação ou análise.

A maior parte dos projetos de saneamento é de companhias estaduais, com 67% da carteira do BNDES. Essas companhias já respondem por 13% da demanda por financiamentos e empréstimos. E a participação do setor privado nesse segmento tem crescido nos últimos dois anos.

Só em 2009, o setor privado assumiu compromissos de R\$ 300 milhões, que equivalem a 35% do R\$ 1,3 bilhão investido. Chama a atenção, também, o sucesso das subscrições de debêntures, emitidas pelas empresas com remuneração baseada no IPCA (índice nacional de

preços ao consumidor amplo) e na TJLP (taxa de juros de longo prazo utilizada pelo BNDES).

A paulista Sabesp emitiu R\$ 826 milhões de debêntures e fez um financiamento de R\$ 294 milhões para obras na Baixada Santista. Outras quatro companhias estaduais seguirão o mesmo caminho. Até o final deste ano, as operações atingirão R\$ 2,5 bilhões.

Em logística, segundo a área de pesquisa do BNDES, o maior salto nos valores de investimentos ocorrerá no segmento de portos. Eles vão triplicar em relação a 2005-2008. Estão previstos R\$ 14 bilhões no total. Os destaques são para os projetos da LLX no Porto de Açu e no Porto da Vale/Carajás, no Pará. O governo federal deve iniciar brevemente licitações de cem terminais cujos contratos vencem até 2013 e que precisam ser leiloados. Até o final do semestre, pelo menos cinco áreas em diferentes portos do Brasil estarão prontas para ser leiloadas. Para o economista David Kupier o processo é lento no segmento de transporte aquaviário. Ele acredita que há grande potencial a ser explorado em infraestrutura urbana. "Grandes hotéis, shoppings e aeroportos certamente estarão na pauta dos investidores", afirma.

Um dos setores em que a presença espanhola é crescente é o de rodovias. Os grupos OHL e Axiona investiram em leilões de sete lotes federais, para os quais o BNDES liberou financiamento de R\$ 4 bilhões. Os principais projetos estão concentrados nas novas concessões do sistema existente, que já acrescentaram 5 mil quilômetros aos 14,2 mil quilômetros da malha privatizada.

Depois dos portos, as ferrovias terão o maior crescimento no volume de investimentos em relação ao período 2005-2008 (81,7%), saltando de R\$ 16 bilhões para R\$ 29 bilhões. O maior projeto é o da ferrovia Trans-nordestina, que vai consumir R\$ 5,4 bilhões - com a participação de R\$ 900 milhões dos cofres do BNDES. Além da ferrovia Norte-Sul, outro projeto importante é a Ferronorte-Rondonópolis, no valor de R\$ 770 milhões, com participação de R\$ 690 milhões do BNDES. O projeto do trem de alta velocidade (TAV), que ligará São Paulo, Campinas e Rio, está em fase de detalhamento. De acordo com as metas da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2), a malha ferroviária brasileira deve crescer de 29 mil quilômetros para 40 mil até 2020.

Fundos de pensão: o que são e para onde vão. Entrevista com Nelson Chalfun

Adital -

Os fundos de pensão brasileiros têm sido utilizados em investimentos como a hidrelétrica de Belo Monte e até em fusão de empresas como a Brasil Foods, e isso tem levantado questões relevantes quanto ao uso e a importância desse dinheiro para o projeto desenvolvimentista do país. Na entrevista a seguir, concedida por telefone à IHU On-Line, o professor Nelson Chalfun explica o que são os fundos de pensão, qual a sua lógica de funcionamento, os significados do seu crescimento e sua força política. Segundo o economista, "em geral, os fundos de pensão não gostam de investir em algo que ainda não está funcionando. Eles preferem muito mais investir, comprar ações ou ter participação na gestão de um determinado empreendimento quando já se conhece esse projeto, como a geração de energia na usina de Itaipu, a transmissão de energia elétrica ou em um shopping center de sucesso com muitos anos de funcionamento. Os fundos preferem fazer esse tipo de investimento, porque tem uma receita regular e perene".

Nelson Chalfun é professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É mestre em Economia Urbana e Regional pela University of California (EUA) e doutor em Economia pela University of Pennsylvania (EUA). Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor pode nos explicar o que são os fundos de pensão?

Nelson Chalfun - É uma entidade criada no âmbito de uma empresa. Pode, também, ser um fundo de pensão aberto, no qual cada pessoa pode se associar e fazer suas contribuições, visando a aposentadoria ou complementação da mesma, que chamamos de regime geral da previdência ou INSS. Existem muitas empresas onde as pessoas recebem salários mais elevados. Nestes casos, elas ficariam a descoberto quando se aposentassem, pois o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tem um limite de pagamento e contribuição. Esses fundos foram criados, então, exatamente para satisfazer essas necessidades das pessoas quando se aposentam.

A lógica do fundo é muito simples: capitalização. Você vai contribuindo ao longo de um determinado período, e as regras de aposentadoria são as estabelecidas pelo INSS, caso a pessoa queira se aposentar com uma complementação do órgão federal.

Desde a década de 1990, os fundos de previdência com benefícios definidos, ou seja, quando o salário aumenta, a contribuição também aumenta, foram caindo em desuso. As empresas foram adotando outro critério, que é o de contribuição definida. Este é mais simples de se entender. As pessoas se comprometem a contribuir, mensalmente, com 200 ou 300 reais, durante toda a vida na empresa. Elas vão constituindo um fundo, como se fosse de investimento, e na data das

suas aposentadorias, elas sacam esse valor. É claro que a gestão deste fundo é feita sob responsabilidade da empresa.

Nos fundos da década de 1970, de estatais como Petrobrás, Caixa Econômica e Vale do Rio Doce, o empregador contribuía com duas partes. Por exemplo, se o empregado contribuísse com 300 reais, o empregador contribuiria com 600 reais. Estes fundos têm um caráter que chamamos, na nomenclatura dos fundos da previdência em geral, de mutualista. Caso houvesse algum revés na política de juros e na política macroeconômica do governo, aqueles funcionários que fossem prejudicados teriam a cobertura dos demais associados daquele fundo. Os fundos servem, portanto, para cobrir e complementar a aposentadoria de um empregado além daquilo que ele já contribuiu para a previdência oficial.

IHU On-Line - Os fundos de pensão brasileiros cresceram, em 2009, 54%, e, assim, atingiram o maior crescimento no mundo, no ano passado. O que isso significa?

Nelson Chalfun - Isto tem a ver com o próprio crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). O Brasil passou 20 anos estagnado em termos de crescimento real do PIB: da década de 1980 até a virada do século. Curiosamente, isso aconteceu na entrada do atual governo, mas este crescimento tem muito mais a ver com o crescimento da China e da Índia. O mundo todo experimentou um crescimento do PIB bastante acelerado, e o Brasil foi um dos países que se beneficiaram deste crescimento.

Há uns cinco anos, recebemos uma missão chinesa muito preocupada com as questões de previdência e moradia, buscando as experiências que o Brasil teve com a previdência oficial na época de Getúlio Vargas, e com a criação de mecanismos de financiamento habitacional. Um grande problema na China é que como era tudo estatal, não havia fundo de previdência para os empregados. Como a administração era direta, quando as pessoas se aposentavam, o governo dava uma determinada quantia em dinheiro. No caso do Brasil, há fusões e aquisições de grandes empresas e, com isso, houve um crescimento acelerado destes fundos. Além disso, este crescimento também tem a ver com a nossa taxa de juros. O Brasil ainda é o segundo país com maior taxa de juros do mundo em função do endividamento do governo. Os fundos têm uma preocupação muito grande com os riscos das suas aplicações. Então, a maioria dos recursos está aplicada em títulos do governo. A rentabilidade e capitalização dos fundos são muito altas e ocorrem em um período de tempo muito curto. A partir de 2003, tivemos o aumento do patrimônio dos fundos em função da capitalização e da formalização do emprego, o que foi considerado um fenômeno mundial.

IHU On-Line - Como o senhor vê a participação dos fundos de pensão nas fusões de grandes empresas e nas grandes obras incentivadas pelo governo como a hidrelétrica de Belo Monte?

Nelson Chalfun - Estamos falando aqui de grandes empresas privadas, como a Varig. O Aerus, fundo de previdência da Varig, foi liquidado. Os dirigentes do fundo meteram os pés pelas mãos e destruíram o patrimônio do fundo, acabaram

com a importância dos segurados. Infelizmente, no caso das empresas estatais, há essa ingerência também. Os governantes, que são os dirigentes das empresas estatais, são pessoas de movimentos sindicais que procuram administrar o fundo, e, muitas vezes, tem injunções políticas que ensejam eventuais decisões de investir nisto ou naquilo.

É por isso que os fundos devem ter auditoria e conselhos fiscais independentes, formados por seus funcionários, com uma perspectiva democrática e transparente. O número de recursos é muito elevado, em torno de 500 bilhões de reais, e essas grandes obras de infraestrutura demandam um volume grande de recursos. Aí, o governo, muitas vezes, lembra-se dos fundos de pensão e faz empréstimos e aplicações para financiar seus projetos.

Em geral, os fundos de pensão não investem em algo que ainda não está funcionando. Eles preferem muito mais investir, comprar ações ou ter participação na gestão de um determinado empreendimento quando já se conhece esse projeto, como a geração de energia na usina de Itaipu, a transmissão de energia elétrica ou em um shopping center de sucesso com muitos anos de funcionamento. Os fundos preferem fazer esse tipo de investimento, porque têm uma receita regular e perene. As aposentadorias vêm ocorrendo ao longo dos anos, então os fundos têm essa preocupação com o longo prazo e o baixo risco. E sabemos que, no mundo das finanças, quando se fala em risco baixo, se fala em remuneração baixa.

IHU On-Line - Quem realmente controla os fundos de pensão no Brasil?

Nelson Chalfun - Esta é a questão da participação dos conselhos deliberativos dos fundos. Em geral, quem controla, no caso das empresas estatais, é gente que participa dos ideais dos governantes, de um determinado governo. Em geral, os regulamentos dos fundos têm um esquema paritário, ou seja, metade da diretoria ou metade do conselho é indicada pelo patrocinador, no caso, a Petrobrás, e a outra metade é indicada por voto. Isso ocorre exatamente para se ter um equilíbrio de forças. Mas evoluiu muito, principalmente em função do que ocorreu na época das privatizações e fusões, o caso do Banco do Brasil foi célebre, e, ainda hoje, encontra-se em discussão com a questão do Daniel Dantas e do grupo Opportunity, que tinha participação do Citybank e do Banco do Brasil.

As participações dos fundos de pensão foi a estratégia que o governo desenvolveu para privatizar, pois o governo abriu mão de patrimônios, mas o fundo de previdência de estatais se tornou um dos acionistas importantes. Inclusive esta foi uma das soluções que se buscou para poder alienar e vender, porque, do contrário, não teria o recurso, pois o investidor privado não queria assumir o risco total. Foram grupos que se tornaram acionistas.

A própria legislação também proibia o monopólio. Antes tínhamos o monopólio do governo, que era pouco insuspeito, pois o governo pode ser monopolista no que quiser, mas, neste caso, tínhamos uma participação de vários grupos no controle dos empreendimentos. As privatizações ocorreram em 1997 e 1998 e entraram pelo ano de 2000. Mais recentemente, temos casos como o de Belo Monte, as concessões do Rodoanel de São Paulo, e várias rodovias que estão sendo objeto de privatização.

IHU On-Line - E que tipo de força política têm os fundos de pensão?

Nelson Chalfun - A força política se manifesta por meio dos recursos que estão disponíveis. Diferentemente de um banco, o fundo se assemelha muito a um segurador. Grande parcela daquilo que ele tem de ativo, como ações de empresas, título de governo e participações de empreendimentos imobiliários, são empreendimentos que têm um risco baixo e uma vida bastante longa. Então, a força dos fundos está, exatamente, no montante de recursos que tem disponível para investimentos de longa maturação, como Itaipu, que, em 40 anos, já está paga.

O que se tem hoje são obras de infraestrutura para manter as encostas, para fazer a drenagem da estrada e o recapeamento. Isso, em relação ao investimento de se abrir uma estrada, não representa nada. E a tarifa que é cobrada no pedágio é muito superior àquilo que é demandado para a operação da rodovia.

Quem faz um investimento deste tipo está buscando uma rentabilidade, que não é muito elevada, mas que é uma receita perene. Os fundos de pensão têm essa força exatamente porque conseguem alocar recursos que não estão sendo e nem serão utilizados. Diferente do banco, no fundo de pensão, o sujeito só vai sacar o dinheiro quando ele se aposentar. Existem estatísticas para regiões bem arriscadas. Por exemplo, morei cinco anos nos Estados Unidos, primeiro em Los Angeles e depois na Filadélfia. O seguro de automóvel que eu pagava em Los Angeles era metade do que eu pagava na Filadélfia, porque a área da Filadélfia tem muito mais acidentes, e na Califórnia é mais tranquila. O que se paga pelo seguro tem a ver com o risco. Isso é diferente de você colocar dinheiro no banco e amanhã você resolver usar o dinheiro para comprar um carro. O fundo de pensão tem recursos que estão "dormindo" e só serão sacados quando houver a aposentadoria, e nunca serão sacados de uma só vez. Esses recursos, então, podem ser aplicados em investimentos que tenham um retorno muito longo também. O fundo tem condições de esperar os rendimentos.